

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e  
Extensão

Curso de Jornalismo Econômico

Karen Moura Santiago

**Hiperinflação ou Inflação Alta?**

*Visões e Interpretações de quem viveu e historiou os anos dos  
preços e juros altos*

Orientador

Jorgemar Félix

São Paulo

2016

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e  
Extensão

Karen Moura Santiago

## **Hiperinflação ou Inflação Alta?**

*Visões e interpretações de quem viveu e historiou os anos dos  
preços e juros altos*

Monografia apresentada como Trabalho  
de Conclusão de Curso para obtenção  
do título de Especialista em Jornalismo  
Econômico pela Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo.

Orientador

Jorgemar Félix

São Paulo

2016

Aos meus queridos pais, Osvaldo e Marília, inspiradores e amores, marido Jorge e filho Bernardo Valentim.

## Sumário

Introdução .....	5
Primeiros sinais da hiperinflação e suas causas.....	8
Características da Hiperinflação.....	11
Hiperinflação no Brasil e Controvérsias se houve ou não hiperinflação no Brasil .....	13
Inflação aberta e Transição da inflação aberta para a hiperinflação .....	15
Planos de estabilização para controlar a alta inflacionária.....	18
Fases do Plano Real e Avaliações do Plano.....	30
Avaliações do Plano Real .....	33
Os relatos de quem viveu no período da hiperinflação.....	36
“Confisco” da Poupança.....	39
A vida com a implantação do Plano Real.....	41
Cobertura jornalística na época da hiperinflação.....	42
Visões dos Economistas.....	45
Perfil dos entrevistados .....	49
Esclarecimento sobre a metodologia e considerações finais.....	51
Referências Bibliográficas .....	53

## INTRODUÇÃO

Antes mesmo de ingressar em uma pós-graduação, ainda cursando jornalismo na faculdade, a alta da inflação e suas consequências no país que vivo, especialmente na vida cotidiana, era um dos principais assuntos que chamavam a minha atenção e me faziam buscar por meio das notícias jornalísticas, informações para entender como de fato todo esse “fenômeno” se desenvolvia e influencia os preços desde o pãozinho na padaria, a carne no mercado e o combustível, entre tantos bens de consumo duráveis e não duráveis.

Sempre surgiam dúvidas e nunca entendi muito bem todo esse processo. Foram os ensinamentos repassados durante as aulas, todos os sábados à tarde, que começaram a abrir a minha cabeça e avaliar de maneira mais concreta o que a alta da inflação significa para um país e todo o povo que vive nele. Foi querendo mostrar e conhecer de perto toda a instabilidade que um momento como esse proporciona que escolhi me aprofundar no tema hiperinflação no Brasil.

Iniciei o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pensando em escrever um livro-reportagem sobre o assunto, porém notei que seria necessário mais empreendimento para esta tarefa e, neste momento, optei pela monografia, não deixando de lado esse meu projeto futuro.

Nasci em 1º de fevereiro de 1987, dois anos antes da inflação alcançar 73% mensal, período este considerado por Bresser-Pereira (1990, p.7) como hiperinflação. Não me lembro dessa experiência enfrentada pelos meus pais e por tantos brasileiros. Porém, quando tinha lá pelos meus 5 anos, em 1992, ia juntamente com a minha irmã ao mercado de bairro, próximo à nossa casa, comprar toda a manhã leite e pão.

Com o dinheiro dado pela nossa mãe era possível adquirir os dois produtos, às vezes sobrava um valor pequeno e com ele, comprávamos chocolate, salgadinho ou balas. A quantia era sempre a mesma todas as vezes que íamos ao mercado, e além de notar que nem sempre sobravam moedas, percebia que os produtos continham preços marcados em suas próprias embalagens, muitas vezes um encima do outro.

Agora no auge dos meus 28 anos (até dia 1º de fevereiro) convivo com a alta inflação, muito distante de tudo que era vivido na época da hiperinflação (1990 até 1994). Os preços das mercadorias sobem bastante, porém não diariamente. Ainda existem promoções de produtos, ainda não ocorre perda da noção dos preços, entretanto os valores assustam e é necessário economizar, deixando de consumir carne e optando

por frango ou peixe, por exemplo. Compra-se bem menos com um valor que antes era possível adquirir muitos outros produtos.

Diante das pesquisas e leituras que realizei, entrevistas de pessoas que vivenciaram todo esse clima de instabilidade, alta de preços e mudança na vida cotidiana, além de entender como era feita a cobertura jornalística naquela época, encontrei como problemática na elaboração e produção desta monografia, se realmente existiu a hiperinflação no Brasil ou foi somente uma alta inflacionária.

Essa dúvida surgiu porque encontrei livros que defendem que houve sim a hiperinflação e somente um que não, especialmente pelas características apresentadas como primordiais para que ocorra todo o processo de hiperinflação: “a hiperinflação é sempre consequência de profunda crise fiscal, na qual o Estado deixa de ter crédito, perdendo, assim, a capacidade de financiar não inflacionariamente algum déficit”, detalha Bresser-Pereira (2015, p.263).

Diante desse dilema, tenho como objetivo descobrir se ocorreu ou não a hiperinflação no Brasil, por meio de teorias, argumentos de autores, pessoas que viveram toda essa época.

O intuito é mostrar desde o momento em que o Brasil entrou nessa possível hiperinflação, suas consequências, os planos de estabilização implantados para pôr fim ao processo inflacionário, do Plano Cruzado em fevereiro de 1986, Cruzadinho (07/1986), Cruzado II, Bresser, Feijão com Arroz, Plano Verão (01/1989), Plano Collor até o Plano Real implantado em 1º de julho de 1994, conforme explica Marques e Ferreira (2010, p. 22).

Mostrando que foi somente com a implantação do Plano Real que a alta da inflação foi controlada e, que ao invés de emitir uma segunda moeda, estabeleceu-se a Unidade Real de Valor (URV), pelo período de quatro meses.

Para tanto, discorrerei sobre os planos, seus erros e acertos, com foco no Plano Real, já que foi ele que de fato estabilizou a alta desenfreada da inflação. Nos próximos capítulos mostrarei como todo esse processo ocorreu, por meio de citações encontradas nos livros, pesquisas pela internet, entrevistas com quem viveu na pele a hiperinflação, conhecendo como era a cobertura jornalística naquela época e as visões das escolas econômicas.

Apesar de toda a pesquisa bibliográfica realizada, não encontrei mais autores, a não ser Marques e Ferreira (2010, p. 22) que afirmam que não houve hiperinflação no

Brasil, devido a isso precisei mudar o título do trabalho, passando de “Existiu Hiperinflação no Brasil? A alta da inflação até o alívio com a implantação do Plano Real” para “Hiperinflação ou inflação alta? Visões e interpretações de quem viveu e historiou os anos dos preços e juros altos”.

Ainda encontrei outra dificuldade, encontrar economistas que descrevessem como as escolas econômicas avaliam a hiperinflação, o que me fez utilizar a literatura para conhecer os pensamentos e discordâncias das escolas em relação à inflação e moeda. Procurei diversos economistas pelo telefone e e-mail, mas não recebi nenhum retorno, demonstrando que não quiseram dar entrevista para um trabalho de pós-graduação, embora sejam sempre entrevistados pela imprensa. Todo o trabalho foi produzido do início ao fim da minha gestação.

## **PRIMEIROS SINAIS DA HIPERINFLAÇÃO E SUAS CAUSAS**

De acordo com Bresser Pereira (1990), foi em fevereiro de 1990, quando a taxa da inflação mensal, alcançou ao mês 73%, que a inflação no Brasil transformou-se em uma hiperinflação.

“Hiperinflação que não desorganizava toda a economia, embora já estivesse produzindo enormes distorções na distribuição de renda e na alocação dos fatores produtivos. Hiperinflação que não merecia mais o adjetivo de “indexada”, porque já assumira as características essenciais das hiperinflações clássicas. Hiperinflação que se produziu sem crise cambial, sem crise financeira, sem crise de abastecimento, sem dolarização total da economia, através do crescimento gradual, mas cada vez mais acelerado dos preços”, afirma (Bresser Pereira, 1990, p.7).

Bresser Pereira (1990, p.7) aponta que a aceleração da inflação brasileira até a hiperinflação ocorreu por etapas, de maneira gradual. “No segundo semestre de 1989 a inflação brasileira superou a marca dos 30%. O liminar clássico de 50% foi ultrapassado em dezembro de 1989. Só em fevereiro de 1990, porém, pareceu-me claro que já estávamos diante de um processo hiperinflacionário, propriamente dito”.

Ainda, segundo Bresser Pereira (1990, p. 9), a hiperinflação no Brasil está diretamente relacionada com a crise econômica dos anos 80:

“Crise esta, definida pela estagnação da renda por habitante no país e que foi desencadeada no final de 1980, quando o governo foi obrigado pelos credores externos a iniciar um processo de ajustamento, tardio e distorcido. O simples ajustamento fiscal requerido pelos credores externos já não era suficiente para fazer frente a uma dívida externa que se tornara alta demais para ser paga integralmente. Estes, ao invés de reequilibrar a economia, resultaram, de um lado, na estatização da dívida externa, no crescimento da dívida pública interna, no aprofundamento da crise fiscal, e no aumento da taxa de juros interna, na medida em que era impossível eliminar inteiramente o déficit público sem reduzir a dívida externa; de outro lado, na medida em que a redução do déficit público era alcançada principalmente

graças à redução do investimento público e à recessão, o ajustamento levava à redução da capacidade de poupança e investimento no país. A consequência deste caráter perverso do ajustamento no quadro de uma dívida externa muito alta foi à aceleração da inflação”.

Bresser Pereira (1990, p. 10) destaca que a crise fiscal, que está na origem da hiperinflação brasileira, pode ser definida por três variáveis: o déficit público, que se mantém em um nível superior a 5% do PIB, a dívida pública interna e externa, e o prazo curtíssimo do vencimento dos títulos públicos revelando a falta de crédito do Estado.

Para Rego (1986, p. 164) foi no final da década de 1980 que a inflação “entrou em rota explosiva, culminando num processo hiperinflacionário ao final de 1989 e início de 1990, quando a inflação chegou a ultrapassar a marca de 70% ao mês”.

De acordo com Rego, a economia brasileira atravessou, durante os anos 1980, uma profunda crise, caracterizada por “estagnação econômica e altas taxas de inflação”. Aponta ainda que a inflação já vinha se acelerando desde meados da década anterior, mas se acentuou a partir do início dos anos 1980:

“No período da grande crise, a inflação, de caráter essencialmente inercial, aumentou por patamares, ameaçando tornar-se explosiva em determinados momentos. As maxidesvalorizações de 1979 e 1983 foram responsáveis pela elevação do patamar inflacionário de mais ou menos 100% para 200% por ano”, (REGO, 1986, p. 164).

Rego (1986, p.173) pontua que, em 1983, o Brasil encontrava-se diante de uma situação intermediária entre uma inflação moderada, típica de países desenvolvidos, e uma hiperinflação:

“Tratava-se de uma inflação crônica ou inercial, para a qual não havia alternativa senão controlar administrativamente, ou seja, mediante política de rendas, de controle direto dos preços. Para controlá-la indiretamente, por meio de política fiscal e monetária, não poderia haver autonomia da inflação em relação à demanda. Para controlá-la com âncoras, era preciso primeiro deixar que a

hiperinflação dolarizasse a economia. Esse risco, entretanto, ninguém estava disposto a correr.”

Para Bresser Pereira (2015, p. 257), em 1985, o Brasil enfrentava uma crise “estrutural, cujos sintomas básicos eram a estagnação da renda por habitante e a drástica redução da capacidade de investir e poupar do país, além do terceiro sintoma: a taxa da inflação”.

## **CARACTERÍSTICAS DA HIPERINFLAÇÃO**

Lopes (1989, p.12) afirma que a principal característica da hiperinflação “é a perda total de credibilidade da moeda local e sua substituição na prática por alguma moeda estrangeira. Como isso equivale a atrelar os preços denominados em moeda local à cotação no mercado negro da moeda estrangeira, a velocidade da alta de preços torna-se particularmente errática e imprevisível, refletindo toda a sorte de boatos e fenômenos transitórios que costumam contaminar um mercado tão especulativo como o mercado livre de câmbio”.

Em alguns casos de hiperinflação, como na Alemanha de 1923 e na Hungria de 1945 (e possivelmente na Grécia de 1944), Lopes (1989, p. 42) pontua que “o processo de erosão da moeda legal, além de perder as funções de reserva de valor e unidade de conta, perdeu também sua funcionalidade como meio de pagamento, isto é, como instrumento de aceitação geral para transações e para a liquidação de débitos”.

Lopes defende ainda que “a hiperinflação é uma forma de se acabar com a inflação sem a necessidade de qualquer condição inicial”.

“A hiperinflação produz uma mudança espontânea do padrão monetário da sociedade. Em todos os casos conhecidos de hiperinflação, a moeda nacional foi substituída por moedas estrangeiras. O marco alemão, a coroa austríaca ou o peso boliviano foram quase totalmente repudiados nas fases finais das respectivas hiperinflações. Todos os valores passaram a ser cotados em dólares. Mesmo os pagamentos passaram a ser preferencialmente realizados em moeda estrangeira; o valor em dólares do meio circulante composto por moeda nacional convergiu à zero”. (LOPES, 1989, p.82).

Lopes explica que ao adotar a moeda estrangeira na maioria das suas transações, a sociedade torna irrelevante a inflação na moeda local. “Para uma pessoa que recebe seus salários em dólares, faz aplicações financeiras em dólares e paga suas compras de bens e serviços em dólares, a inflação na moeda local, qualquer que seja ela, é absolutamente irrelevante”.

Ele aponta que a segunda coisa que a hiperinflação faz é forçar “o ajustamento fiscal do governo. A sociedade migra para a moeda estrangeira, mas o Governo fica impedido de fazer o mesmo, pela simples razão de que ele só pode emitir moeda nacional. Consequentemente a capacidade efetiva de realizar gastos públicos tende a desaparecer”.

Lopes (1989, p.83) afirma que “a hiperinflação nada mais é do que uma solução espontânea (ainda que tremendamente destrutiva) que a sociedade adota, em última instância, para livrar-se da inflação”. Por fim, pondera que “a proposta da moeda real procura exatamente reproduzir a lógica da hiperinflação sem que seja necessário vivê-la na prática, evitando-se assim todos os seus efeitos destrutivos para a economia e suas dramáticas consequências políticas e sociais. O único processo infalível de estabilização é a hiperinflação”.

Bresser Pereira (1990, p. 16) explica que a hiperinflação se caracteriza no plano econômico como “uma enorme elevação da taxa de juros, aprofunda a crise fiscal, concentra a renda, distorce os investimentos, estimula o consumo de bens duráveis”, já no plano social: “agrava o conflito social, desmoraliza o governo e as instituições, favorece a corrupção e a busca desenfreada do interesse particular”.

## **HIPERINFLAÇÃO NO BRASIL**

Bresser Pereira (1990, p. 17) detalha que “a moeda nacional perdeu suas funções básicas, mas não foi inteiramente substituída pelo dólar [característica principal de hiperinflação nos países como a Alemanha]”.

No início de 1990, Bresser Pereira frisa que a economia brasileira enfrentou as seguintes características da hiperinflação: “os agentes econômicos deixaram de indexar seus preços de acordo com a inflação passada (comportamento que define a inflação inercial), passou a usar uma previsão de inflação crescente como forma de determinar seus preços; Os agentes econômicos passaram a aumentar seus preços diária ou sincronicamente (de forma, portanto, relativamente instantânea), desaparecendo as defasagens de aumentos de preços”.

Descreve ainda (1990, p. 17) que as remarcações de preços tornaram-se diárias ou quase diárias. “Muitas empresas e lojas de departamento passaram a corrigir seus preços diariamente. As mercadorias deixaram de ter um preço e passaram a ter um código de preços que se refere a uma tabela de preços que muda diariamente”. Era uma hiperinflação aberta e clássica, mas não explosiva explica o autor.

“Seus efeitos desorganizadores da economia são enormes. Os desequilíbrios de preços que se acentuaram recentemente são apenas um sintoma de distorções provocadas pela hiperinflação. A indexação ainda põe um mínimo de ordem na economia. A taxa de juros elevada evita a dolarização e a moratória não declarada da dívida externa garante um nível razoável de reservas e evita a crise cambial”, (Bresser Pereira, 1990, p. 18).

## **CONTROVERSAS SE HOUVE OU NÃO HIPERINFLAÇÃO NO BRASIL**

Enquanto Bresser Pereira (1990) e Rego (1986), citados no primeiro, segundo e terceiro capítulos da monografia apontam que ocorreu a hiperinflação no Brasil: apresentando causas e consequências, Marques e Jasen (2010) apresentam outro ponto de vista: afirmam que a hiperinflação não existiu no Brasil.

Marques e Ferreira (2010, p. 22) afirmam que “apesar dos elevados índices inflacionários, não se pode caracterizar o período altista de preços como de hiperinflação. Isso porque, ao lado da inflação, foram criados mecanismos de indexação (nos contratos, nas rendas em geral e nos depósitos à vista, entre outros) de modo que

não houve uma completa rejeição à moeda nacional, que é típica de processos de hiperinflação”.

## **INFLAÇÃO ABERTA**

Lopes (1987, p.2) a inflação os preços não sobem de forma sincronizada. “Este mês o meu aluguel não mudou, mas o preço dos alimentos subiu muito. Todos os preços sobem ao longo do tempo, mas de modo irregular e com velocidades variáveis. Tipicamente, pessoas diferentes sofrem inflações diferentes: quem gasta mais em produtos cujos preços estão aumentando mais rapidamente perde mais poder de compra que os outros”.

Exemplificando como é o mundo em meio ao aumento inflacionário, o autor detalha como seria a vida de uma dona de casa que descobre que o preço de determinada mercadoria aumentou 20% no supermercado. “Para ela é muito difícil decifrar claramente o que isso significa. Em todas as semanas algumas mercadorias estão sendo remarcadas, umas um pouco mais, outras um pouco menos. Na prática, ela se acomoda com a noção de que é mesmo normal que todos os preços subam o tempo todo; afinal vive-se (ou sobrevive-se) com a inflação”.

Segundo Lopes (1989, p.5), “a inflação reduz drasticamente o conteúdo da informação do sistema de preços. Os preços, ao invés de sinalizarem com clareza a evolução dos valores relativos resultantes das situações de escassez ou abundância nos diversos mercados da economia, passam a refletir apenas a dança da inflação. É a corrida errática e irregular dos preços, uns atrás dos outros, no esforço permanente de não ficarem atrasados em relação à alta geral. O resultado é que o sistema de mercado passa a operar de forma precária”.

Ainda, de acordo com Lopes a inflação “é um processo de queda contínua do poder de compra do dinheiro. Logo, se existe inflação, deve ser porque ou há falta de bens para comprar ou há sobra de dinheiro”.

## **TRANSIÇÃO DA INFLAÇÃO ABERTA PARA HIPERINFLAÇÃO**

Lopes (1989, p.11) mostra como se dá essa transição, segundo definição do estudo clássico de Phillip Cagan, sobre a dinâmica monetária das hiperinflações que ocorre “quando a taxa mensal da inflação atinge os 50%”, outro forte sinal de que no Brasil realmente enfrentou a hiperinflação, conforme já abordei no 1º capítulo.

De acordo com essa definição, o livro aponta 9 casos de hiperinflação, “que vão desde a hiperinflação húngara de 1923 – 24, o caso mais brando conhecido, em que a

taxa de aumento dos preços no pior mês chegou a 3,2% por dia útil, até a segunda hiperinflação do país, a de 1945-46, em que a taxa de aumento dos preços no pior mês alcançou a quase inacreditável velocidade de 470% por dia útil. O caso mais conhecido e estudado é o da hiperinflação alemã de 1922-23, em que a taxa de aumento dos preços chegou a 32.400% no pior mês, o que corresponde a cerca de 30% por dia útil”.

Lopes (1989, p.11) demonstra que os episódios de hiperinflação costumam ter curta duração: “a maior ocorreu na hiperinflação chinesa de 1945 – 49, que se estendeu por 44 meses. Para os outros oito casos, porém, a duração média foi de 14 meses. Vale notar também que, com exceção da hiperinflação boliviana de 1984-85, todos os outros casos ocorreram logo após as grandes guerras mundiais, o que parece sugerir alguma relação entre os dois fenômenos”.

Para Lopes (1989, p.39) as chaves para o entendimento da transição da inflação aberta para hiperinflação são “as correções mais frequentes de preços, salários, aluguéis, taxa de câmbio ou qualquer outro tipo de preço ou rendimento, produzem novas incompatibilidades distributivas que, em situações de moeda passiva, costumam ser resolvidas através do aumento da taxa de inflação”.

De acordo com Bresser-Pereira (2015, p. 11) a aceleração gradual da inflação brasileira até a hiperinflação ocorreu em etapas. “Se tomarmos 1974 como ponto de partida (logo após o primeiro choque do petróleo), temos três patamares de inflação inercial: 1974-1978, 1980-82 e 1984-1985; duas etapas de transição com grande aceleração da inflação, 1979 e 1983; uma etapa de congelamentos e posterior aceleração inflacionária, 1986-1989; uma última etapa de transição, a hiperinflação indexada do segundo semestre de 1989, e a hiperinflação a partir de fevereiro de 1990”, conforme demonstra a tabela.

<b>Período</b>	<b>Etapas</b>	<b>Inflação Média</b>
1974/78	1º patamar de Inflação Inercial	38 ao ano
1979	Transição	----
1980/82	2º patamar de Inflação Inercial	102 ao ano
1983	Transição	----
1984/1985	3º patamar de Inflação Inercial	229 ao ano
1986/1989	Congelamentos	----

1989/2º semestre	Hiperinflação Indexada	30/50 ao mês
1990/fevereiro	Hiperinflação	73 ao mês

## **PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO PARA CONTROLAR A ALTA INFLACIONÁRIA**

Bresser Pereira (2015, p.313) afirma que ao todo foram implantados doze planos de estabilização sucessivos entre 1980 e 1993, sendo eles: “os planos de Delfim Netto, nos anos 1980, o Plano Feijão com Arroz, de Maílson da Nóbrega, os três planos do governo Collor “todos ignoravam a inércia inflacionária”.

No caso do Plano Collor I, Bresser-Pereira aponta como razão fundamental para o fracasso “não ter neutralizado a inércia inflacionária”. Já os Planos Cruzado, Bresser e Verão “reconheceram o caráter inercial da inflação e buscaram neutralizá-la através de uma tabela de correção das contas a pagar das empresas, mas foram derrotados pelo populismo reinante do governo Sarney, que impediu que fossem acompanhados do ajuste fiscal necessário”.

Bresser Pereira (2015, p. 313) detalha no livro que o mercado financeiro ficou traumatizado com as experiências do Plano Cruzado “pelo seu fracasso retumbante” e o Plano Collor “pelo confisco das poupanças”.

Rego, José Marcio, Borges, Maria Angélica, Marques, Rosa Maria, Bochi, João Ildebrando e Lacerda, Antônio Corrêa (2013, p.184) explicam cada um dos planos antes, porém frisam que os Planos Cruzado e Bresser eram somente baseados na oferta – “admitiam que a inflação fosse pura e simplesmente inercial, mas fracassaram porque ela não era só inercial”. Por outro lado, os Planos que foram de 1981 a 1983, o Feijão com Arroz e de Fernando Collor consideravam a inflação “de demanda, sem nenhum componente inercial”.

### ***Plano Cruzado***

Anunciado pelo presidente José Sarney, em 28 de fevereiro de 1986, o plano Cruzado tinha como principais medidas, segundo Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.184):

1. Substituição do cruzeiro para o cruzado, como uma nova moeda do sistema monetário;
2. Conversão geral, por prazo indefinido, dos preços finais dos produtos, com exceção das tarifas industriais de energia elétrica, reajustadas em 20%;

3. Conversão dos salários com base na média do poder de compra nos seis meses anteriores, e mais um acréscimo de 8% para os salários em geral e de 16% para o salário mínimo;
4. Aluguéis e hipotecas seriam convertidos seguindo-se a mesma fórmula aplicada aos salários, mas sem o aumento de 8%;
5. Introdução da escala móvel de salários (gatilho), a qual garantia um reajuste salarial automático a cada vez que o aumento acumulado no nível de preços ao consumidor atingisse 20%;
6. Proibição da indexação em contratos com prazo inferior a um ano;
7. Conversão dos contratos previamente estabelecidos em cruzeiros para cruzados, de acordo com uma tabela em que o cruzeiro era desvalorizado a uma taxa mensal de 14% (a taxa de inflação mensal esperada contida nos contratos) em face da nova moeda.

“O Plano Cruzado congelou seus preços ‘no pico’; não previa como, e nem quando, se sairia do congelamento dos preços; o aumento do poder de compra dos salários, aliado ao consumo, reprimido durante os anos anteriores, levou à explosão do consumo, algo que não fora contemplado pelos idealizadores do plano. Além disso, a mudança na periodicidade do crédito dos rendimentos da caderneta de poupança (que, de mensal, passou a ser semestral) e a queda da inflação provocaram despoupança [interpretada como uma queda do rendimento anual], alimenta ainda mais o consumo. Provocando uma retirada líquida de recursos direcionada substancialmente para os gastos de consumo. Também um certo ‘efeito riqueza’ decorrente da repentina alteração das expectativas inflacionárias e o preço atraente de muitos produtos apanhados com preços defasados à época do congelamento (como muitos alimentos – carne, farinha de mandioca, leite, óleo de soja refinado etc – e bens duráveis – automóveis, televisores, refrigeradores, máquinas de lavar etc, foram fatores importantes no processo descrito”, (REGO,

BORGES, MARQUES, BOCHI e LACERDA, 2013, p. 186 e 187).

Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.188), a tarefa de sustentar o congelamento revela-se difícil, pois havia uma pressão de demanda muito forte.

“Alguns preços, sobretudo de tarifas públicas, encontravam-se defasados devido ao fato de não terem sido alinhados antes do congelamento. Em junho, menos de 6 meses após a decretação do plano, havia mercados paralelos para diversos produtos, tais como leite, carne e remédios. O governo viu-se compelido a remonetizar abruptamente a economia para aumentar a liquidez”.

“Para manter o congelamento de preços, o governo sacrificou as empresas estatais, as contas externas e as finanças públicas. A taxa de câmbio foi congelada também, o que provocou grande sangria de reservas internacionais e dificultou o pagamento dos serviços da dívida externa. A passividade da política monetária permitiu uma pressão de baixa constante nas taxas de juros, algo evidentemente inadequado em uma situação de grande aquecimento da demanda agregada. Estimulava-se dessa forma a explosão dos gastos de consumo em detrimento da poupança, além de possibilitar a estocagem especulativa de produtos e incentivar a evasão de capitais estrangeiros”, (REGO, BORGES, MARQUES, BOCHI e LACERDA 2013, p. 188 e 189).



### ***Plano Cruzadinho***

Em 24 de julho de 1986, um novo pacote de medidas econômicas foi implantado: o Cruzadinho. De acordo com Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.190) “foram estabelecidos empréstimos compulsórios, isto é uma poupança forçada – sobre o consumo de carros novos e combustíveis, a fim de financiar um conjunto de investimentos públicos. O objetivo último de tais medidas consistia em acomodar e esfriar o excesso de demanda agregada, além de promover a poupança interna. No entanto, a despeito das novas regras estipuladas, a crise do Plano Cruzado agravava-se continuamente: as distorções dos preços relativos e os sinais de aumentos no nível de preços, a brutal queda na entrada de investimentos estrangeiros diretos e a fuga de capitais continuavam inquietando os agentes econômicos”.

Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.191) pontuam que o governo resistia às pressões pela desvalorização do cruzado e pelo fim do congelamento de preços e salários, em razão da proximidade das eleições de novembro. “Temiam-se que tais realinhamentos ocasionassem uma retomada inflacionária e a ativação do mecanismo de gatilho salarial”, (REGO, BORGES, MARQUES, BOCHI e LACERDA (2013, p. 191).

### ***Cruzado II***

Uma semana após as eleições, Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.191) destacam que foi decretada outra ampla reforma econômica: o Cruzado II, que contemplava um “brusco reajuste dos preços de diversos bens de consumo, como automóveis, combustíveis, cigarros, bebidas alcoólicas, açúcar, leite e derivados, além das tarifas de serviços públicos. O governo procurou aliviar a pressão sobre as contas públicas por meio do aumento da tributação incidente sobre essa ampla variedade de produtos. Além disso, foram criados alguns incentivos fiscais para os poupadores e restituíram-se as minidesvalorizações cambiais”.

Segundo Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.191) as consequências de tais medidas foram dramáticas “a inflação, que havia sido de 3,3% em novembro, saltou para 7,3% em dezembro e explodiu nos meses seguintes, devido ao acionamento do mecanismo de gatilho salarial. Em janeiro, a inflação registrou um aumento de 16,2% e de 14,4% em fevereiro. As taxas de juros passaram a subir ininterruptamente, provocando um número recorde de falências empresariais. A

situação das contas externas brasileiras deteriorou-se significativamente ao longo desse período, devido aos saldos negativos da balança comercial e à fuga de capitais, razão pela qual o governo viu-se forçado a declarar moratória do pagamento dos juros da dívida externa em fevereiro de 1987”.



### ***Plano Bresser***

Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.191) explicam que no mês de julho de 1987, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira lançou o Plano Bresser que não visava “atingir inflação zero nem eliminar a indexação, mas apenas controlar os índices para evitar que se estabelecesse uma hiperinflação”.

“Para isso, o gatilho foi extinto e procurou-se reduzir os gastos do governo. As taxas de juros reais foram mantidas elevadas para inibir o consumo de bens duráveis. Os salários e os aluguéis foram congelados no patamar em que estavam no dia 12 de junho, data de implementação do Plano. Criou-

se a URP (Unidade de Referência de Preço), que, a partir de setembro, seria o indexador utilizado para os ajustes salariais. Os preços foram congelados por um prazo de três meses, mas sofreram alinhamentos prévios defensivos para evitar pressões inflacionárias futuras. Contratos financeiros pós-fixados foram respeitados e, para conversão dos prefixados, criou-se uma tablita. Alterou-se a base do IPC para evitar que o índice do mês de julho fosse sobrecarregado por uma inflação anterior ao plano”, (REGO, BORGES, MARQUES, BOCHI e LACERDA (2013, p. 192).

Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.192) frisam que “o governo comprometeu-se ainda a efetuar políticas fiscais e monetárias rigorosas, reduzindo o déficit público e assegurando a independência do Banco Central. A princípio, o plano, que era mais consistente e flexível que o Cruzado, atingiu alguns de seus objetivos, fazendo cair a inflação e o déficit público e expandindo os saldos comerciais, o que possibilitou ao governo renegociar com os credores internacionais e suspender a moratória”.

Porém alguns problemas começaram a ameaçar o plano:

“A falta de credibilidade da opinião pública, especialmente pelo fato de se ter lançado mão de um congelamento, que haviam trazido, grandes benefícios no curto prazo, mas que produziu efeitos desastrosos a médio prazo. Os desequilíbrios de alguns preços relativos, apesar do cuidado que se tomara na implantação do Plano, aliados aos grandes superávits na balança comercial, causavam consideráveis pressões inflacionárias. A manutenção do regime de taxas de juros reais positivas, ao mesmo tempo que inibia a explosão de consumo – algo de fato almejado -, também estimulava o direcionamento do produtivo”, (REGO, BORGES, MARQUES, BOCHI e LACERDA (2013, p. 192).

Para os autores “apesar do congelamento de preços, as taxas de inflação permaneciam elevadas. Por esta razão, autorizou-se um aumento emergencial de preços, antes que terminasse o prazo de três meses, para que se iniciasse a liberação dos preços.

Em dezembro de 1987, a taxa de inflação mensal atingiu 14,14%, precipitando o pedido de demissão de Bresser”.

Bresser Pereira (2015, pgs. 275 e 276) resume que tomou como medidas de emergência, assim que assumiu o Ministério da Fazenda em abril de 1987, a implantação do que ficou chamado Plano Bresser, “visando e logrando contornar a agudíssima crise econômico-financeira que produzia então grande número de concordatas e falências, redução dos salários reais, aumento de desemprego, aceleração da inflação e desequilíbrio do balanço de pagamentos nunca vistos anteriormente”.

De acordo com Bresser Pereira, ainda foi formulado um plano de médio prazo para o país, o Plano de Controle Macroeconômico, reformulação da política brasileira com relação à dívida externa e, por fim propôs uma reforma tributária, além de um conjunto de medidas visando reduzir o déficit público, “cuja não aceitação pelo presidente (José Sarney) foi a causa específica da minha demissão”.

### ***Política do Feijão com Arroz***

O objetivo da política “Arroz com Feijão”, ao longo de 1988 de Maílson da Nóbrega era “cortar o déficit operacional de 8% para 4% e reter a inflação ao redor dos 15% ao mês”, segundo Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.193).

“Entre as medidas para estabilizar a taxa de inflação e desaquecer a economia, estão a suspensão temporária dos reajustes do funcionalismo público e o adiamento dos aumentos de preços administrados. O política não deu certo: no entender dos trabalhadores, o poder de compra dos salários crescia menos que os preços. Os empresários justificavam os aumentos de preços em razão de uma suposta subestimação dos custos de produção. O governo era prejudicado pelo reajuste defasado das tarifas públicas em relação aos preços dos produtos do setor privado”, (REGO, BORGES, MARQUES, BOCHI e LACERDA, 2013, p. 193).

### ***Plano Verão***

Em 15 de janeiro de 1989, o Plano Verão foi anunciado. Foi o terceiro choque econômico e a segunda reforma monetária do governo Sarney. Uma nova unidade

monetária foi criada: o cruzado novo, equivalente a mil cruzados. O dólar foi cotado a NCz\$ 1,00, após uma desvalorização da moeda nacional, segundo detalha Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.193).

“O Plano procuraria, no curto prazo, contrair a demanda agregada e, no médio prazo, promover a queda das taxas de inflação. Mais uma vez, os preços foram congelados por tempo indeterminado nos níveis em que estavam no dia do anúncio do plano. Alguns preços foram realinhados antes do congelamento para evitar os problemas de defasagem de preços ocorridos no Plano Cruzado. Os salários foram convertidos pelo poder de compra médio dos doze meses anteriores e reajustados em 26,1%. A URP, indexador de salários, foi extinta. Os contratos pós-fixados foram congelados nos valores de 13 de janeiro, enquanto os prefixados seriam calculados com base em uma tablita de conversão diária. A extinção simultânea da OTN e da URP, índices mais utilizados para a indexação da economia, traziam à tona a possibilidade de o país ter de enfrentar uma hiperinflação, caso o plano não desse resultado”, (REGO, BORGES, MARQUES, BOCHI e LACERDA, 2013, p. 193).

Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.194) apontam vários fatores para o fracasso do plano. “A inflação, que caíra pouco mais de 3% em fevereiro, elevar-se-ia, já em abril, para mais de 7%. Como contrapartida, o governo viu-se obrigado a elevar as taxas de juros, o que fazia cair por terra a promessa de reduzir o déficit público naquele ano. Em pouco tempo, alguns aumentos foram autorizados, o cruzado novo foi desvalorizado e o congelamento começou a ser desfeito. A indexação voltou a ser praticada com a criação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN). Em setembro de 1989 o governo suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa, em razão da deterioração do saldo comercial”.

Para eles, “embora os três planos – Cruzado, Bresser e verão – tenham procurado eliminar ou reduzir a inflação, esta atingia níveis ainda mais preocupantes do que antes, no limiar da hiperinflação. A taxa da inflação anual em 1989 foi de 1.764,86%, enquanto as taxas mensais no início de 1990 foram de 64,17% em janeiro, 73,21% em fevereiro e 85,12% na primeira quinzena de março”, (REGO, BORGES, MARQUES, BOCHI e LACERDA, 2013, p. 195).

### ***Plano Collor I***

O Plano Collor I, implantado em março de 1990, segundo Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.205), combinava confisco dos depósitos à vista e aplicações financeiras com prefixação da correção dos preços e salários, câmbio flutuante, tributação ampliada sobre as aplicações financeiras e a chamada “reforma administrativa”, que implicou o fechamento de inúmeros órgãos públicos e demissões de grande quantidade de funcionários.

“O quadro fiscal era de tal gravidade que o presidente adotou um programa de drástica redução da dívida interna, de corte nos gastos públicos e de aumento da receita fiscal”.

Marques e Ferreira (2010, p.25) detalham que entre as principais características do plano são: “a troca de nome da moeda de cruzado novo para cruzeiro, sem mudança na equivalência entre as moedas; o bloqueio do montante de depósitos em contas-correntes e cadernetas de poupança que superasse 50 mil cruzados novos; o congelamento de preços e salários; o fim de subsídio e incentivos fiscais; o lançamento do Programa Nacional de Desestatização (PND) e a extinção de vários órgãos do governo”.

De acordo com Marques e Ferreira (2010, p.25), o ponto central e mais polêmico desse plano foi o diagnóstico monetarista da inflação, que seria combatida com o brutal bloqueio dos ativos financeiros do setor privado.

“Promoveu-se um sequestro de cerca de 75% dos ativos financeiros do setor privado com o compromisso de começar a restituí-los a seus titulares no prazo de 18 meses. A medida, ressentindo-se de quaisquer critérios de seletividade, estabeleceu uma regra única para todas as aplicações financeiras de pessoas físicas e jurídicas: a disponibilidade de Cr\$ 50 mil para as aplicações em poupança e para os depósitos à vista; de 20% ou de Cr\$ 25 mil para o overnight e para os fundos de curto prazo”, (MARQUES e FERREIRA, p. 25).

### ***Plano Collor II***

Em janeiro de 1991 foi adotado o Plano Collor II “em situação de desespero devido à reaceleração da inflação. Mais uma vez lançava-se mão de congelamento de preços e salários e da unificação das datas-base de reajustes salariais, além de novas

medidas de contração monetária e fiscal”, (REGO, BORGES, MARQUES, BOCHI e LACERDA, 2013, p. 206).

De acordo com Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.206) “a conjugação dessas tentativas de combate a inflação com a reestruturação que se vislumbrava fez com que o período 1990-1992 fosse marcado por forte recessão – com queda de quase 10% no PIB -, pelo aumento do desemprego e pela queda dos salários reais e da massa salarial”.

Marques e Ferreira (2010, p.26) detalham que o diagnóstico central do Plano Collor II, foi de que “a inflação se devia a um excesso de liquidez e, por essa razão, suas principais medidas voltavam-se para o controle das operações financeiras, dentre elas...”

- Congelamento dos preços em 30/01/1991, podendo ser reajustados por autorização do Ministério da Fazenda;
- Congelamento dos salários até 08/1991 e novas regras para seu reajuste;
- Utilização de uma tabela de conversão para deflacionar os pagamentos futuros;
- Criação da taxa referencial de juros (TR) para remuneração das aplicações financeiras;
- Extinção do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) e do BTN fiscal, do Maior Valor de Referência, das operações de overnight para aplicadores não financeiros, da correção monetária, do índice de reajuste dos valores fiscais e do índice da cesta básica;
- A criação da Nota do Tesouro Nacional

“Com o Plano, a inflação mensal voltou a cair, mas essa queda teve fôlego curto. Diminuiu para menos de 10% ao mês entre fevereiro e junho, recuperou o fôlego a partir de julho, atingindo mais de 25% em outubro de 1991, e encerrou o ano com uma taxa acumulada de 496,7%. Em meio à crise e aos desarranjos provocados pelo Plano, a ministra Zélia Cardoso de Mello deixou o cargo em maio de 1991 e foi substituída por Marcílio Marques Moreira que permaneceria até outubro de 1992, quando a Câmara Federal aprovou o impeachment do presidente e o vice-presidente Itamar Franco assumiu interinamente. Em 1992, a taxa de inflação chegou a 1.167,2%, e saltou para 2.851,3% no ano seguinte” (MARQUES e FERREIRA, p. 26).

Ainda, segundo Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda, Antônio Corrêa (2013, p.206) “a precariedade do Plano Collor II, aliada ao desgaste do governo com os efeitos dos confiscos ocorro no plano anterior, assim como as crescentes denúncias de corrupção, acabaram por determinar o impeachment de Collor em outubro de 1992”.

### ***Plano Real***

O Plano Real foi implementado em 28 de fevereiro de 1994 pelo ministro da Economia do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, que recebeu apoio por uma equipe de economistas, dentre eles Gustavo Franco, Winston Fritsch, André Lara Resende, Edmar Bacha e Pêrsio Arida.

Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.225) explicam que o Plano Real foi concebido e implementado em três etapas:

- Estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, objetivando eliminar a principal causa da inflação.
- Criação de um padrão estável de valor, a Unidade Real de Valor (URV).
- Emissão de uma nova moeda nacional com o poder aquisitivo estável, o real.

“Distinguindo-se de maneira significativa dos planos econômicos que o precederam, o Real não incluiu congelamento de preços. Assim, de início, o governo livrava-se do verdadeiro pesadelo representado pela recorrente utilização de ações judiciais contra a quebra de contratos, com sucedera nas experiências anteriores de estabilização”, (REGO, BORGES, MARQUES, BOCHI e Lacerda, p. 226).

Para do Prado (2005, p.260) o Plano Real teve outro importante ponto de sustentação: a coerência do discurso, que ajudou a firmar uma âncora sólida logo de início, a das expectativas favoráveis.

“A sociedade precisa perceber que a intenção de estabilizar é forte e que será perseguida com tenacidade. Essa percepção é fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de estabilização. A construção de um ambiente de expectativas favoráveis não pode ser feita artificialmente, com marketing. Acabar com a hiperinflação é diferente de

vender um sabonete, um pacote turístico ou a imagem de um político”, (PRADO, p. 261).

De acordo com do Prado (2005, p.261) para a divulgação do Plano Real o governo optou pela naturalidade no processo de informação e pela transparência. “Cada passo era fartamente divulgado com antecedência, de modo que não houvesse surpresas. Era esse o grande diferencial que se tinha para evitar desde o início qualquer contaminação perversa que o Real pudesse sofrer do Plano Collor, que pegou todos desprevenidos e causou um enorme trauma ao país”.

Do Prado (2005, p. 261) pontua que “o alvo do Real não era simplesmente derrubar a inflação. Ia muito além. Buscava acabar com a inércia inflacionária que durante anos corroe a renda dos mais pobres, sem acesso aos mecanismos da correção monetária”.



## FASES DO PLANO REAL

### A fase 1 – Programa de Ação Imediata (PAI)

A primeira etapa do plano foi implantada, em 14 de junho de 1993. Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p.226) apontam que para que as finanças públicas pudessem ser equilibradas, o governo notava que seria preciso “efetuar uma ampla reorganização do setor público e de suas relações com a economia privada”.

- Redução dos gastos da União e aumento da eficiência no ano de 1993;
- Recuperação da receita tributária;
- Equacionamento das dívidas de estados e municípios com a União;
- Controle mais rígido dos bancos estaduais;
- Saneamento dos bancos federais;
- Aperfeiçoamento do programa de privatização, ou seja, redução da participação do governo na economia por meio da privatização das estatais.

“O governo tomava como correto o diagnóstico de que o desequilíbrio era decorrente de problemas fiscais. Apontava o setor financeiro como beneficiário direto do desajuste, pelo efeito das taxas de juros e inflação sobre suas receitas. A partir dessas constatações, previa-se que, quando a inflação caísse – e, conseqüentemente, houvesse uma redução dos juros -, diversas instituições financeiras teriam que recorrer ao Banco Central para sobreviver”, (REGO, BORGES, MARQUES, BOCHI e LACERDA, p. 226).

### As medidas iniciais do PAI foram:

- Corte orçamentário de US\$ 6 bilhões em 1993, com prioridades definidas pelo Executivo e sujeitas à aprovação do Legislativo;
- A proposta orçamentária de 1994 deveria ser baseada em uma estimativa realista da receita, em vez de nortear-se pelas pretensões de gastos do governo;
- Encaminhamento de projeto de Lei que limitasse as despesas com os servidores civis em 60% da receita corrente da União, assim como dos

estados e municípios, o que permitiria exercer maior controle sobre os gastos com funcionalismo;

- Elaboração de projeto de Lei que definisse claramente as normas de cooperação da União com estados e municípios. Essa lei também estabeleceria a obrigatoriedade dos estados e municípios de se manterem em dia em seus débitos com a União para receber verbas federais.

### Fase 2 – a URV

A URV foi implementada em 27 de maio de 1994 e serviu como transição para a introdução de uma nova moeda. “A criação da URV deveria proporcionar aos agentes econômicos uma fase de transição para a estabilidade de preços”, (REGO, BORGES, MARQUES, BOCHI e LACERDA, p. 230).

Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p. 230) detalham que a URV foi utilizada para restaurar a função de unidade de conta da moeda, que havia sido destruída pela inflação, bem como para referenciar preços e salários.

“A URV serviu para o comércio determinar seus preços, efetuar contratos e determinar salários, independentemente das desvalorizações monetárias provocadas pela inflação, ou seja, provocando uma indexação generalizada da economia. Patrões e empregados utilizavam o fator da conversibilidade entre URV e cruzeiro real para determinar preços e salários. Os salários e benefícios foram os primeiros valores a serem convertidos para URV, seguidos pelos contratos e preços. Não se tratou de um processo imediato, pelo contrário, desenvolveu-se durante o período de três meses, de maneira a evitar o surgimento de divergências entre trabalhadores e patrões, indústria e comércio. Apesar das objeções iniciais de alguns empresários e políticos, o processo de conversão foi bem recebido e bem-sucedido”.

### Fase 3 – A nova moeda

Com grande parte dos valores já convertidos para a URV, a nova moeda – o Real – foi introduzida em 1º de julho de 1994. “A brusca queda da inflação teve efeitos significativos sobre o poder de compra da população. O consumo foi estimulado também pelos efetivos incrementos na massa salarial e no nível de emprego. Dados do comércio do Estado de São Paulo indicam que o impacto do real sobre o consumo foi

significativo. O faturamento cresceu quase 18% em março de 1995, em relação a março de 1994, e registrou-se elevação de 57,6% nas vendas do setor de duráveis, no mesmo período. De um ano para o outro, portanto, as vendas de eletrodomésticos, automóveis, geladeiras, fogões e outros produtos duráveis cresceram mais de 50%” (REGO, BORGES, MARQUES, BOCHI e LACERDA, p. 233).

Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p. 233) há explicação de que foi após a introdução da nova moeda, que os salários passaram a ser recebidos pelos trabalhadores em uma moeda com poder de compra relativamente constante, o que não acontecia antes da estabilização.

“Em tempos de inflação elevada, os salários sofriam forte deterioração entre os picos que se seguiam ao reajuste quadrimestral e os vales que antecederiam tais reajustes. Embora as médias fossem iguais, um ganho adicional de renda real adveio da eliminação da incerteza associada à forte oscilação dos salários reais. Esse ganho derivado da estabilização da moeda explicou-se no mercado pela maior facilidade que os assalariados passaram a ter no acesso ao crédito ao consumidor, que se expandiu de forma considerável no período: entre junho e dezembro de 1994, os empréstimos do sistema financeiro às pessoas físicas aumentaram em 150%”, (REGO, BORGES, MARQUES, BOCHI e LACERDA, p. 233 e 234).

## **AVALIAÇÕES DO PLANO REAL**

Rego, Borges, Marques, Bochi e Lacerda (2013, p. 234) afirmam que o Plano Real é apontado como a melhor experiência de estabilização da economia brasileira.

“Na fase pós-real, a inflação caiu, o ambiente econômico tornou-se mais estável e previsível, mas a equação básica do crescimento não foi solucionada. Com a capacidade instalada não cresceu o quanto deveria, qualquer movimento de crescimento de consumo foi abortado por medidas de restrição ao crédito, elevação dos juros e aumento dos empréstimos compulsórios, de forma que o crescimento tornou-se um subproduto, não o objetivo principal da política econômica”, (REGO, BORGES, MARQUES, BOCHI e LACERDA, p. 234).

Marques e Ferreira (2010, p.28) frisam que o Plano Real foi marcado por alguns acertos e muitos desacertos. Entre os acertos do plano, ambas apontaram:

- Diagnóstico correto das raízes do processo inflacionário, enfatizando-se, na sua origem, a necessidade de construção de uma âncora fiscal para garantir o seu êxito;
- Engenhosa terapia para dar cabo do fantasma da hiperinflação que rondava o País desde os anos 1980 por meio da criação da URV, a qual, desempenhando pelo tempo necessário o papel de moeda “nova”, não contaminada pelo processo inflacionário, e convivendo com a moeda “velha” (o cruzeiro real), teria a função de preparar a economia para a implementação do programa de estabilização;
- Resultados obtidos no campo da estabilidade monetária, com a redução da taxa de inflação de 40% ao mês para níveis moderados, abaixo de um dígito;
- Compromisso assumido com a modernização da economia e a realização de reformas necessárias para o aumento de sua produtividade, principalmente com a redução do “custo-Brasil”.

Entre os principais desacertos aparecem, segundo Marques e Ferreira, “os interesses pessoais e políticos do então ministro da Fazenda, FHC, candidato a presidência da República, se sobrepuseram aos interesses da sociedade de

consolidação do projeto de estabilização econômica. Visando reverter os baixos níveis de votação que as pesquisas eleitorais indicavam até meados de 1994, o timing de implantação do plano foi revisto, assim como as peças que lhe deveriam dar sustentação, com o objetivo de garantir frutos para modificar os resultados da corrida sucessória”.

“O êxito imediato obtido no combate ao processo inflacionário, à reversão dos resultados da corrida sucessória – que levou à vitória de FHC para a presidência da República – e o surgimento de teses teológicas em economia sobre os benefícios de déficits prolongados nas balanças (comercial e de transações correntes) impediram que o bom senso prevalecesse e essa arquitetura conhecesse modificações, o que transformou a economia brasileira em uma economia de “endividamento”, endividamento que, ao fim e ao cabo, terminou constituindo a principal âncora do programa e fonte do aumento de sua vulnerabilidade externa e interna”, (MARQUES e FERREIRA, p.30).

Do Prado (2005, p. 430) detalha que até 1998, a massa salarial acumulou aumento real, em contrapartida, praticou-se uma política de juros extremamente elevados. “Para acomodar a pressão de demanda dos setores públicos e privados com a inflação, optou-se por fazer a acomodação com taxas de juros elevadas, que acabaram assumindo o papel de derradeira âncora da estabilização no país. À custa, obviamente, de maior pobreza e atraso”.

Souza, Luiz Gonzaga Da, avalia em texto extraído da internet o Plano Real. Para ele, houve uma desorganização no decorrer da implantação do plano. “Porque se criou uma classe de agiotas clandestinos ou não, maltratando os pobres e a classe média, com ganho extorsivo de uma taxa de juros fora da realidade e que são forçados a pagar por conta de um empobrecimento inesperado”.

Souza pontua “que não se viu nenhuma medida que visasse cortes nos gastos do governo, não somente no Federal; mas, nos Estados, e nos Municípios, que também têm sua parcela de inflação e desajuste na economia por conta da malversação da coisa pública. Sem nenhuma medida forte neste sentido, não se conseguiria uma estabilização,

onde todos arcariam com o mesmo ônus na perda de bem-estar que já comprovadamente só quem tem feito seu pagamento até hoje, e vai perdurar por muito tempo, é a classe média que se inferioriza”.

Rego, Borges, Bochi e Lacerda (2013, p. 236) pontuam que em janeiro de 1999, não resistindo às pressões do mercado, o real foi desvalorizado. “O agravamento do déficit nas contas públicas, pelo efeito da desvalorização e do aumento dos juros, agravou a perspectiva de uma recessão no ano e de uma deterioração dos indicadores socio-econômicos e escalada do desemprego”.

## **OS RELATOS DE QUEM VIVEU NO PERÍODO DA HIPERINFLAÇÃO**

A alta da inflação, remarcações de preços, perda do poder de compra, desvalorização salarial e confisco na poupança, entre outros aspectos, que de fato configuram que existiu hiperinflação no Brasil, fazem parte dos relatos extraídos para essa monografia.

Oswaldo Rodrigues, 56 anos, engenheiro mecânico, formado pela Unip contou que naquela época, a inflação do país estava totalmente fora de controle. Os preços subiam de um dia para o outro, quando não subiam no mesmo dia. Os salários também eram reajustados todos os meses pela inflação passada, mas quando efetivamente o salário era recebido, já estava desvalorizado.

“Tínhamos que correr para comprar as coisas antes que os preços subissem ainda mais, pois a cada dia que passava o dinheiro valia menos. O poder de compra era corroído quase que instantaneamente. A desvalorização era tanta que de períodos em períodos, a moeda do país tinha que ser trocada, normalmente subtraindo-se três zeros (ou seja, dividindo o valor de face por mil). Chegamos ao cúmulo de termos inflação acima de 80% em um único mês, o que, aos níveis atuais, equivaleria à inflação de mais de uma década”, relata.

As dificuldades enfrentadas giravam em torno do poder de compra. “Quanto mais se retardasse uma compra, mais caro ficava o produto que se pretendia adquirir. Perdeu-se completamente a noção dos preços. Ninguém sabia, de pronto, quanto custava um eletrodoméstico, um automóvel, muito menos uma casa ou apartamento. Absolutamente tudo apresentava alta nos preços dentro dessa espiral inflacionária. Certamente muitos se aproveitaram para aumentar os preços acima dos índices inflacionários para ganhar mais dinheiro, contando justamente com a perda de referência da população. Não havia como fazer pesquisa de preços entre lojas, uma vez que se você demorasse mais de um dia para voltar à loja que tinha as melhores condições, o preço do produto tinha sido remarcado. A esmagadora maioria da população via seu salário sumir em poucos dias”, contou.

Wladimir Raeder, 55 anos, fotógrafo contou que o povo brasileiro vivia naquela época da hiperinflação “fazendo estoques de alimentos, tinha crise de abastecimentos, os produtos eram escassos nas prateleiras dos supermercados com a hiperinflação. Viviam com a mentalidade de uma cultura econômica hiperinflacionária”.

Fernando Fernandes Filho, 64 anos, médico e prefeito da cidade de Taboão da Serra observou que com a hiperinflação “a inflação era tão alta que os supermercados à noite fechavam suas portas para remarcarem preços para o dia seguinte. Só acertavam no computador os preços das mercadorias. Sarney acabou com a inflação por meio de um decreto, aí congelou todos os preços, se vivia uma irrealidade da hiperinflação”, disse.



**Máquina para remarcar preços / Foto divulgação economia.estadao.com.br**



Placas de aviso da conversão dos preços para o cruzeiro real / Foto divulgação  
adrenaline.uol.com.br

## “CONFISCO” DA POUPANÇA

Em 1990, tomou posse como presidente do Brasil, Fernando Collor de Melo, que em um de seus primeiros atos promoveu talvez o maior choque na economia deste país, ao confiscar todos os recursos dos brasileiros, tanto das contas correntes, aplicações financeiras, como os da poupança, deixando para cada um apenas e tão somente CZ\$ 50 mil (o que equivaleria hoje talvez a uns R\$ 500,00), apontam os entrevistados.

“Para o dinheiro confiscado foi criada uma regra de devolução em parcelas, com uma correção que não correspondia à inflação passada (por isso, até hoje existem ações judiciais reivindicando a parcela de correção perdida nesse plano). O Cruzeiro voltou a ser a moeda corrente e houve novo congelamento de preços”, frisam Rodrigues e Fernandes.

“O povo já estava cansado disso. Novo choque na economia, novo congelamento, mas agora com mais um componente: todo mundo sem dinheiro. Foi um momento muito difícil para todos, pois cada um tinha seus compromissos e absolutamente ninguém tinha recursos para nada. Tudo teve que ser negociado entre credores e devedores. Ninguém sabia exatamente o que fazer. Foram meses bastante turbulentos, que espero que nunca mais voltem”, relatou João Souza, 53 anos, cabelereiro.

Para ele “o plano foi recebido com muita desconfiança, principalmente pelos fracassos dos planos anteriores, além de haver uma revolta geral contra o chamado ‘confisco’. A consequência foi que, depois de mais alguns meses, o Brasil entrou em recessão, a inflação voltou de forma gradativa e aos poucos foi voltando ao seu curso habitual, e, como toda a economia era indexada, acabou fornecendo o combustível que faltava para a explosão inflacionária”.

Wladimir Raeder, 55 anos, fotógrafo contou que trabalhava no banco Itaú na época do confisco da poupança e ativos da economia. “A ideia do Collor era retirar liquidez do mercado, matar um bicho com um tiro só. Na verdade ele matou todo mundo, porque foi desastrosa essa política econômica e foi o plano mais absurdo que se viu. Sarney fez mudança da moeda, nada comparado do que aquele confisco feito pelo Collor e Zélia Cardoso de Melo, ministra da economia”.

“Quando Collor implantou confisco (poupança, investimento) as pessoas correram para os bancos – sentiu de cara esse efeito desastroso, de um plano econômico violento, autoritário e desumano”, comentou. As pessoas tinham suas poupanças,

principalmente as pessoas de classe média baixa, pobres que conseguiam poupar, pensionistas, durante anos tinham seus projetos e de repente ficaram sem grana. Muita gente pirou, se matou. Vi os efeitos, que deve ter sido de cidade a cidade, no Brasil inteiro. Desespero generalizado. As pessoas batiam nas portas, querendo que os bancos abrissem, havia sido decretado feriado de um dia para que tudo se explicasse na agência bancárias, todos confusos. No dia que o banco abriu, as pessoas fizeram enormes filas, discutiam com os caixas, exigiam seus dinheiros. Foi uma das coisas mais estranhas que vivi na minha vida, foi uma coisa bem própria de um despota, transvertido de republicano que era o Collor (espécie de salvador da pátria)”, relatou.

De acordo com Wladimir, depois da implantação do plano “foi desesperador ver pessoas atônicas, economia parada, empresas em grande dificuldade, quebradeira geral, apesar da hiperinflação nada comparável a tudo que vivi, 55 anos, nada se compara ao desastre do Collor. Rolou coisas de gente pular pela janela. Foi de uma violência e autoritarismo, gente pulando da janela, gente ficando doente (AVC, ficar aleijado), dar tiro na cabeça. Foi um negócio de tamanha violência, desumanidade, total desorganização, nem os próprios governantes conseguiam explicar o plano”, comentou.

“O confisco foi feito da noite para o dia. Um negócio sigiloso. A partir de hoje as poupanças estão confiscadas, tinha regras. Poupador, não tinha acesso ao dinheiro. Quando acabou o confisco, que eles possibilitaram que a população tivesse acesso ao dinheiro. Aqueles que mantivessem o dinheiro na poupança pagavam um plus de juros para essas pessoas, e aí deixei e gozei desse benefício”, contou Fernando.

## **A VIDA COM A IMPLANTAÇÃO DO PLANO REAL**

O Plano Real, ao contrário de todos os anteriores, não foi implantado “do dia para a noite”, sem choques nem surpresas para a população, segundo Osvaldo Rodrigues. Ele frisa “que todas as ações e medidas que seriam implantadas no futuro eram divulgadas antecipadamente e explicadas de forma minuciosa pelos integrantes da equipe econômica do governo, do qual Fernando Henrique Cardoso era o Ministro da Fazenda e Itamar Franco era o Presidente”.

“Para a população em geral, tudo ocorreu como num ‘passe de mágica’. De uma hora para a outra a inflação desapareceu e foi sepultada juntamente com a moeda antiga. Para isso, o governo criou uma moeda virtual, chamada URV (Unidade Real de Valor), que era estável e baseada na cotação do dólar. Paralelamente por um período relativamente curto, o Cruzeiro absorvia toda a inflação, uma vez que a maioria dos produtos no comércio era valorizada em URVs e convertida em Cruzeiros somente na hora do pagamento. Aos poucos, foi-se readquirindo a referência de preços dos produtos, agora em URVs. Praticamente todos sabiam quanto valia (em URVs) um quilo de arroz, de café, de açúcar, uma geladeira, um televisor, etc. Os salários também foram ‘congelados’ em URVs. Recebíamos em Cruzeiros o valor convertido a partir das URVs correspondentes”, lembrou Osvaldo.

De acordo com o entrevistado “parecia outro mundo, uma vez porque sabíamos quantas URVs íamos receber e quantas URVs custavam todos os produtos que tínhamos que comprar. Não houve congelamento de preços, nem tablita, nem confisco, nem surpresas desagradáveis. Tudo era muito bem explicado pelo governo com antecedência. Aos poucos o povo (e principalmente o empresariado) foi sentindo confiança na fórmula que dava indicação de tinha grande probabilidade de ser eficaz contra o grande inimigo, a hiperinflação”.

Por fim, Rodrigues observa que “a extinção da inflação foi uma conquista sofrida do povo brasileiro, após várias tentativas fracassadas, mas todas com uma certa dose de importância para que se chegasse à fórmula correta para extingui-la”.

Fernando Fernandes afirma que o plano Real foi implantado com o pé no chão “diminuindo a inflação aos poucos. Melhorou a vida da população, porque a inflação é um carrasco, corrói poder de compra e você não percebe. Você não repassa no ganho a inflação, mas no preço”, disse.

## COBERTURA JORNALÍSTICA NA ÉPOCA DA HIPERINFLAÇÃO

Para conhecer como era feita a cobertura jornalística na época da hiperinflação, saber das curiosidades, quais fontes eram utilizadas para noticiar a situação vivida da maneira mais clara possível, a fim de que todos tivessem o conhecimento do que o Brasil de fato enfrentava, entrevistei dois jornalistas que trabalharam anos nos veículos de grande circulação, Eleno Mendonça e Rui Xavier.

Eleno Mendonça contou que até 1989 não havia os cadernos de economia, era necessário dividir espaço com as editoriais de internacional, política e esporte. No Estadão, segundo ele, o caderno de economia foi inaugurado em 1989, devido à situação econômica enfrentada, em 86, com o Plano Cruzado. “Por conta da crise, que era muito séria, se ampliou o interesse das pessoas. A hiperinflação era o maior dos problemas e isso gerava inúmeras experiências, desde congelamento, novos impostos, elevação dos juros para tentar pela via monetária controlar a liquidez e assim por diante”, relatou.

De acordo com Eleno, os jornalistas viviam de evento em evento cobrindo alternativas e discussões sobre a inflação. “Isso qualificava muito as equipes, na medida em que diariamente tínhamos contato com os melhores economistas da época. Mas a sensação era a de que estávamos com nossas matérias de alguma forma contribuindo para estancar o processo inflacionário. Tanto no dia a dia quanto nas pautas especiais era um tema obrigatório”, pontuou.

A maneira como era transmitida a notícia era bem diferente do que atualmente, demonstrou Eleno.

“Eu pessoalmente cansei de escrever matérias na rua de forma manuscrita ou usando uma máquina de escrever emprestada em alguma empresa e transmiti o texto por telefone. Havia nos jornais cabines de pessoas que recebiam essas matérias ditadas por telefones públicos que eram alimentados por fichas telefônicas. A cada ficha que caía havia um som, um gap de transmissão e muitas vezes tínhamos de repetir para não truncar a informação. Havia também o telex. Uma grande máquina de escrever, que transmitia para outra máquina idêntica tudo o que você digitava. À medida que você digitava do outro lado o texto ia sendo composto num rolo com carbono e ao final se destacava aquilo e se colava diretamente na lauda. Por esse sistema você podia transmitir diretamente ou se não tivesse linha, gravar uma fita perfurada que formava a mensagem.

Quando se conseguia a linha essa fita era acionada e a máquina sozinha ia lendo essa fita (que era de papel e perfurada). Cada furinho gravado significava uma letra ou ponto que compunha o texto. Só depois veio o fax, depois os primeiros computadores, os celulares etc”.

Eleno ainda mostrou quais fontes eram utilizadas. “Usávamos todos os tipos de fonte, desde pessoas comuns a economistas, passando por empresários e políticos e governantes. A economia sempre foi uma cobertura que abrangia todos os segmentos da sociedade”.

O jornalista foi categórico ao afirmar que o termo hiperinflação fazia parte do dia a dia do profissional e economistas. “Sempre houve a exata noção da realidade econômica que nos cercava. Havia parâmetros para identificar as várias situações econômicas que nos cercavam. Estagflação, hiperinflação, recessão, eram termos que eram comumente usados de acordo com a tonalidade da crise”.

Rui Xavier observou que muitas matérias sobre a abertura de concorrências nos hospitais, como por exemplo, compras para injeções, eram produzidas pelos repórteres naquela época. “Aquele material que valia R\$ 5,00 na rua, hospitais estaduais compravam por R\$ 10 ou 15,00. Era possível comprar pela metade do preço (nas farmácias da esquina). A justificativa utilizada era: quando vamos receber (meses depois), se vender por R\$ 5, eu perco muito dinheiro, então não é compensador. Todo mundo aceitava, e os jornalistas mostravam esse escândalo”.

De acordo com Xavier as pautas se resumiam na alta inflacionária, cobertura de Brasília e a vida real da população que enfrentava a hiperinflação.

“Tinha notícia de inflação todo dia, bastava passar no supermercado e fotografar a remarcação dos preços. Ao lado disso, tinha cobertura de Brasília, tentativas, propostas e ações, para tentar reduzir ou controlar os preços. Repórteres tinham campo fértil e vasto, não conseguia cobrir tudo. O que se buscava eram reportagens em que se mostrasse a vida real, por exemplo – como (a população e comerciantes) estavam fazendo para sobreviver e vender seus produtos com a inflação tão elevada, frequente.”, frisou.

Para Rui, as melhores fontes eram aquelas que tinham a ver com a vida real, “não só com o bla bla bla de economista. Embora se ouvisse muitos economistas, buscando explicações para o tipo de aumento: porque a batata aumentou, porque houve uma quebra por causa da estiagem”, comentou.

Ainda segundo o jornalista, “os economistas oficiais não admitiam que o país estava enfrentando a hiperinflação. Porém os até os jornais do exterior tocavam no assunto. O fato é, que independente da hiperinflação, havia o aumento de preços diariamente”.

“Muitas matérias de remarcação de preços, porque funcionavam de uma forma muito forte, intensa e frequente. Percentuais de preços muito elevados. População tinha muita dificuldade. Atingia mais, cada vez mais as pessoas de renda básica (pobres) sofriam. Dobro do preço da semana para trás. Aumentos muito violentos. Naquela época, a situação era de total e completo descontrole, qualquer bem que fosse comprar, era complicado. Produtos desvalorizados diariamente, preços subindo”, comentou.

## **VISÕES DOS ECONOMISTAS SOBRE INFLAÇÃO E MOEDA**

Amado e Mollo (2003, p. 66) apontam que para a teoria monetarista a causa da inflação é o aumento da quantidade de moeda e como o responsável pela quantidade da moeda é a autoridade monetária, é ela, ou o governo que lhe dá ordens, o responsável pela inflação.

“Essa teoria da inflação é chamada de teoria monetarista ou da inflação de demanda, porque, quando a oferta de moeda aumenta, cresce a renda monetária disponível para gastar ou demandar. É esse adicional de gastos ou de demanda que pressiona os preços para cima. Como nessa visão a moeda é apenas um meio de troca, qualquer elevação na oferta de moeda gera elevação proporcional no nível de preços, porque os indivíduos têm uma demanda ótima por moeda para fins transacionais. Quando a oferta supera a demanda, eles tendem a se desfazer da moeda, gastando-a. Como se supõe que a economia já tenha empregado todos os fatores de produção (pleno emprego), esse excesso de demanda acaba gerando elevação generalizada do nível de preços” (AMADO E MOLLO, p.66).

Essa visões não são compartilhadas pelos economistas heterodoxos keynesianos e marxistas, que ao contrário as criticam com base em suas próprias concepções de moeda, apontam Amado e Mollo (2003, p. 67). “Para eles a moeda afeta a produção e discordam, portanto, de que não haja influência da quantidade de moeda ou crédito – meios de pagamento – quantidade de moeda sobre a produção real. Eles acham que, quando a quantidade de moeda cresce, parte do seu efeito sobre a produção. Por isso, não é possível dizer que há aumento proporcional do nível de preços. Além disso, quando a produção aumenta, pode até evitar o aumento de preços de algumas mercadorias”.

“A quantidade de moeda ou de meios de pagamento não pode ser vista como causa da inflação. Além do mais, como para eles a moeda pode ser retida ou entesourada, sua velocidade de circulação é instável, pois depende da demanda da moeda por su mesma. Então, a autoridade monetária não pode ser necessariamente o responsável pela inflação, se ela não controla a oferta monetária, como pensam os heterodoxos. Uma vez negada a causa do aumento da quantidade de moeda ou da demanda monetária para a inflação, os autores heterodoxos apontam outras causas para ela: conflito distributivo,

inércia inflacionária e pontos de estrangulamento”, (AMADO E MOLLO, p. 68).

### **Inflação na visão keynesiana**

Para Amado e Mollo (2003, pgs. 68 e 69) de acordo com a visão keynesiana, há uma relação inversa entre inflação e desemprego, a qual reflete a relação entre salários e desemprego.

“Quanto mais baixo for o desemprego, maior poder de barganha terão os trabalhadores e, portanto, maior tenderá a ser o salário nominal. A elevação salarial representa aumento de custos de produção e acaba por se traduzir em elevação de preços. A inflação é vista como pressão de custo e, ao mesmo tempo, como conflito, pois reflete o poder de barganha dos trabalhadores. Haveria, contudo, um nível de emprego compatível com inflação zero. Esse nível de emprego corresponderia ao produto potencial da economia: é aquele passível de ser obtido se todos os fatores de produção (trabalho, capital e terra) estiverem plenamente ocupados. A partir desse ponto, se houver aumento de demanda de um fator, a oferta não pode aumentar. Então, o preço desse fator começará a subir, pressionando os preços dos produtos que o utilizam em sua produção. O fator que normalmente desempenha esse papel é o trabalho. Assim, os custos salariais acabariam pressionando os preços e, então, elevando a inflação. E, mais, o poder de barganha dos trabalhadores, quando o seu fator de produção (trabalho) se torna escasso, seria o responsável pela elevação dos custos. Nessa argumentação, a tentativa dos trabalhadores de ampliar a sua participação na renda leva ao processo inflacionário” (AMADO E MOLLO, p. 70).

Amado e Mello (2003, p. 70) afirmam que enquanto os monetaristas defendem que as expansões monetárias necessariamente geram inflação e que a elevação no nível de preços é proporcional à expansão monetária, os autores ligados à interpretação keynesiana dizem que não há relação definida entre moeda e nível de preços.

“No entanto, observam que, quando o pleno emprego é atingido, expansões na demanda provocam elevações nos custos de produção e, portanto nos preços. Como essa escola (keynesiana) não admite que a economia esteja sempre em seu nível de pleno emprego, entende que

variações na quantidade de moeda possam afetar tanto preços quanto quantidades produzidas ou produção real; dessa forma, não há como separar esses dois efeitos”.

## **Inflação na visão marxista**

“Os marxistas também consideram a inflação resultado da disputa pela renda social. Contudo, não estabelecem que esse seja um resultado do pleno emprego nem que esse processo se inicie com os trabalhadores. Ao contrário, ressaltam que o capitalista tenta, em todas as situações, maximizar o lucro – seu principal objetivo – o que implica rebaixar o salário dos empregados, pois o valor adicionado pelo trabalhador, no processo de produção, é dividido entre salários e lucros. Quanto maiores os salários, menores os lucros, e vice-versa”, detalham (AMADO e MOLLO, p. 71).

De acordo com Amado e Mollo (2003, p.71) para os marxistas ao aumento dos preços, que aumentam os lucros, seguem-se aumentos salariais por pressão dos trabalhadores, em reação à perda de poder de compra dos seus salários, o que gera novo aumento de preços pelos capitalistas, e assim sucessivamente.

“Quem tem maior poder de fixação de preços, sobretudo quando há concentração de capital e controle de alguns setores por poucas empresas, é o capitalista. Por isso é ele quem desencadeia o processo, e a disputa pela apropriação da renda acaba refletindo no movimento de preços. Ou, ainda, o conflito pela apropriação da renda entre capitalistas e trabalhadores acaba provocando a inflação”, (AMADO E MOLLO, p. 71).

Para Amado e Mollo (2003, pg 81) os economistas também divergem sobre o papel da moeda, do crédito e crescimento na economia.

“Os neoclássicos dizem que os bancos, ao concederem crédito, não potencializam a produção, porque são meros intermediários entre poupadores que depositam recursos e investidores que tomam empréstimos. Já os keynesianos e os marxistas acreditam que os bancos podem ter um papel ativo de destaque potencializando as condições de crescimento da produção, porque o crédito viabiliza o investimento independentemente de haver poupanças disponíveis, para os keynesianos, e amplia a escala e o ritmo de acumulação de capital,

para os marxistas. O crédito tem, pois, para este último grupo, importância para o crescimento”.

## **PERFIL DOS ENTREVISTADOS**

### *Brasileiros que viveram na época da hiperinflação*

*Oswaldo Rodrigues*, 56 anos. É formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Paulista (UNIP). Atualmente aposentado trabalhou por mais de 30 anos na multinacional Weir Minerals do Brasil onde foi responsável pela criação da patente de uma válvula.

*João de Souza*, 54 anos. Nordestino, cursou até o ensino médio. Já trabalhou como cozinheiro e há cerca de 28 anos exerce a função de cabelereiro em seu próprio negócio na região do Morumbi.

*Wladimir Raeder*, 55 anos é fotógrafo e trabalha na secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Taboão. Na época do confisco da poupança, no governo Collor trabalhava como caixa no banco Itaú.

*Fernando Fernandes Filho*, 62 anos. Médico e por três vezes prefeito da cidade de Taboão da Serra. Ele comanda a cidade até o final de 2016, onde tenta mais uma vez sua reeleição.

### *Jornalistas*

*Eleno Mendonça* é formado em Jornalismo pelas Faculdades Integradas Alcântara Machado (1983) e em Publicidade pela Unip. Entrou em 1982 para o jornalismo diário, tendo passado por veículos como O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, DCI. Como repórter, trabalhou no DCI de 1985 a 1986, transferindo-se para a Economia do Estadão, onde ficou até 1990. Convidado pela Folha de S. Paulo ficou por um ano, indo em seguida para O Globo, em São Paulo, como coordenador de Economia.

Depois, convidado, seguiu para a sucursal do Jornal do Brasil. Começou como coordenador de Economia passou a chefe de reportagem e chefe da sucursal. Em 1994 retornou ao Estadão, para ser chefe de reportagem da Economia para os jornais O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde. No Estadão, assumiu as funções de editor de Economia, posto que ocupou por cinco anos.

*Rui Xavier*, não é formado em jornalismo, uma vez que em 1967, não era necessário de diploma para exercer a função na área. De 67 a 1998 trabalhou em veículos de comunicação como as revistas Exame, Veja e jornais Gazeta Mercantil e

Jornal do Brasil. Foi convidado à viajar para a Inglaterra onde permaneceu por 11 meses trabalhando para uma empresa brasileira, onde sua principal função era relatar a situação do açúcar. Atualmente com 70 anos está aposentado.

## **ESCLARECIMENTOS SOBRE A METODOLOGIA E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para desenvolver a monografia tomei como principais bases: bibliografia e histórias orais. O objetivo principal era retomar as experiências de como era a vida naquela época e conhecer a cobertura jornalística nesse momento nunca vivido na história brasileira.

Escolhi os personagens especialmente por suas idades. Precisava encontrar pessoas que vivenciaram aquela época e que continham riquezas de detalhes em seus depoimentos. A lembrança deles foi fundamental para dar clareza a todo aquele momento considerado “muito difícil” para eles.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, por e-mail, telefone e skype. A elaboração do questionário (perguntas abertas) se deu devido a minha curiosidade sobre o tema, queria deixar o trabalho o mais real possível, por isso conhecer de perto a vida de quem passou por essa época, questionar as histórias, trazer à tona todas as experiências foi de extrema importância para o trabalho.

Acredito que alcancei meus objetivos com essa monografia. Descobri a polêmica conceitual no campo da economia sobre a hiperinflação, que precisa ser mais exploradas em pesquisas futuras por mim, talvez para o livro-reportagem que ainda pretendo escrever. A polêmica demonstra o quão difícil é lidar com o fenômeno inflacionário, uma vez que, dependendo da escola, o próprio conceito tem origens distintas, portanto soluções distintas.

Foi possível concluir com o trabalho que a inflação também é um fenômeno que varia no tempo e no espaço quanto suas causas e consequências. A hiperinflação, como foi no caso do Brasil, segundo aqueles que a reconhecem, também surgiu de forma atípica (como demonstra citação de Bresser Pereira logo no início do trabalho).

A hiperinflação no Brasil produziu seu próprio antídoto: a indexação por meio de moedas paralelas (OTN, ORTN, etc), isto é, a correção monetária, impedindo o descrédito completo na moeda, uma das principais características para que o fenômeno aconteça, segundo alguns autores.

Essa polêmica sempre foi um desafio para a cobertura da imprensa, conforme demonstram os jornalistas entrevistados. Primeiro, a dificuldade de reportar todos os pontos de vista (keynesianos, monetaristas, marxistas, etc), naquela época, já que cada um aponta uma causa e um remédio (como ocorre hoje).

Como jornalista foi importante essa descoberta e o aprofundamento no tema para conhecer sua complexidade, abrir perspectivas de pesquisas futuras e, profissionalmente, uma maneira de me ajudar a enxergar e interpretar os fatos econômicos com uma visão mais ampla e de maior entendimento, apesar de o assunto ser tão complexo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRESSER-PEREIRA, L.C. A Construção Política do Brasil: sociedade, economia e estado desde a independência, São Paulo, ed. 34, 2015.

COSTA, F. N. Inflação e Hiperinflação: Interpretações e retórica. Capítulo: Da inflação à hiperinflação: Uma Abordagem Estruturalista. São Paulo: ed. Bienal, 1990.

LOPES, Francisco. O Desafio da Hiperinflação: em busca da moeda real. Rio de Janeiro: ed. Campus, 1989.

MARQUES, Rosa Maria e FERREIRA, Mariana Ribeiro Jassen. O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor e Lula. São Paulo: ed. Saraiva, 2010.

PRADO, Marica Clara R.M. A Real História do Real. Rio de Janeiro: ed. Record, 2005.

REGO, José Márcio, BORGES, Maria Angélica, MARQUES, Rosa Maria, BOCHI, João Ildebrando e LACERDA, Antônio Corrêa. Economia Brasileira. São Paulo: ed. Saraiva, 2013.

AMADO, Adriana Moreira e MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Noções de Macroeconomia: Razões teóricas para as divergências entre os economistas. Barueri, São Paulo: ed. Manole, 2003.

Avaliações do Plano Real, disponível em:

<http://www.eumed.net/cursecon/libreria/2004/lgs-mem/28.htm>. Acesso em 21 de janeiro de 2016.